CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 206/79

Interessado: COLÉGIO TÉCNICO "XI DE AGOSTO" - PEREIRA BARRETO

Assunto: Convalidação de Atos Escolares

Relatora: Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia

PARECER CEE Nº 254/80 - CESG - APROVADO EM 21/02/1980

I- RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

Trata o presente protocolado de solicitação do Senhor Diretor do Colégio Técnico "XI de Agosto", de Pereira Barreto, no sentido de que sejam convalidados os atos escolares do curso de suplência - modalidade Qualificação Profissional IV, em Contabilidade, expondo os seguintes fatos:

- a) o Colégio vem funcionando desde 1954, mantendo a Habilitação Técnico em Contabilidade. Através da Portaria CET de 19/12/75, publicada em 24/12/75, foi autorizado a funcionar o curso supletivo, qualificação profissional IV, que entrou em funcionamento em 1976. Este curso encerrou suas atividades no final do 1º semestre de 1979, segundo diligência feita pela relatora junto à escola.
- b) O Plano de Curso somente foi aprovado por este CEE, através do Parecer 1061/79 em reunião plenária de 12 de setembro de 1979, após o encerramento das atividades.
- c) O currículo em vigor, em 1976, foi aprovado a título precário pela mesma Portaria CET de autorização, conforme documento de fls 70. Nos anos de 1977, 1978 e primeiro semestre de 1979 vigorou o currículo de fls. 71, que não teve aprovação de nenhuma autoridade escolar. Esse currículo constava do plano de curso submetido à aprovação do Conselho, mas alterado para fins de aprovação.
- d) Informa o senhor Diretor que alunos egressos de todas as turmas do curso ingressaram em cursos superiores, pois a escola, por erro administrativo, admitiu que seus alunos teriam tal direito, porque o currículo incluía Educação geral e "tinha dessa maneira sido autorizado apesar de imperfeito."
- e) A escola forneceu Diploma conforme xerox anexo para todas as turmas relacionadas de fls. 72 a 75 e ainda a fls. 88 e 89. Esse documento é vazado nos seguintes termos: "O Diretor do Colégio Técnico "XI de Agos-

to", de acordo com o disposto nos artigos 16, 27 e 28 da Lei Federal nº 5692/71, normas do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação e pelo Plano de Curso e tendo presentes os termos da aprovação obtida por via supletiva em todas as disciplinas da habilitação plena do Curso de Qualificação Profissional IV de Técnico de Contabilidade concluído no ano letivo de 1977, confere a ..., o título de Técnico em Contabilidade, por ter sido habilitado na parte referente à Formação Especial e Geral em nível de 2º grau." (grifos nossos).

A solicitação de convalidação é seguida de um pedido de aprovação de Plano de Curso, (fls. 22) nos seguintes termos:

"Segundo o parágrafo único do art. 27 da Lei 5.692/71, no Capítulo ^{de} IV do Ensino Supletivo, "os Cursos/Qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudo e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas" e pelo art. 28 da Del. CEE 14/73: "O CEE. poderá autorizar vista de planos devidamente fundamentados, experiências pedagógicas relativas ao Ensino Supletivo, com regimes diversos dos fixados na referida Deliberação." "O Plano que apresentamos está baseado, quanto ao currículo, no seguinte: A carga horária mínima exigida para o curso regular de Técnico de Contabilidade é de 2.200 horas, sendo 900 para o ensino profissionalizante. Restam, portanto, 1300 horas para Educação Geral, o que representa 59,09% da carga total do curso. Se fizermos o supletivo com essa mesma proporção, dentro de ano e meio (1.100 horas), teremos um curso de 900 horas profissionalizantes e mais 649 horas de Educação geral ou sejam 1.549 horas e o aluno terá direito ao exercício profissional e prosseguimento de estudos."

Essa solicitação é feita tendo em vista que "a experiência nos pareceu válida, pelos resultados apresentados pelos alunos que vêm/^{se}saindo bem em vestibulares."

O protocolado remetido diretamente ao Conselho Estadual de Educação, foi baixado em diligência para melhor esclarecimento de alguns aspectos. O expediente foi devolvido ao Conselho, com as informações e documentos solicitados pela diligência, sem manifestação das autoridades educacionais quanto ao mérito.

Como o diploma anexo está visado pela Delegacia de Ensino de Pereira Barreto, para encaminhamento ao MEC, em 1977, infere-se que as autoridades locais estavam informadas da situação.

2. APRECIÇÃO:

Deixaremos de examinar mais profundamente a segunda parte da solicitação - aprovação de plano de curso supletivo, incluindo Educação geral e Formação especial, num currículo integrado para formação de Técnico em Contabilidade, pois a escola desistiu da pretensão, tendo encerrado suas atividades na área do ensino supletivo.

Entretanto, não podemos deixar de dizer que consideramos absurdo o raciocínio da escola que propõe a redução proporcional da carga horária total do curso regular (2.200 horas), para conter, nos limites mínimos fixados para a duração do curso supletivo (1.100 horas de acordo com a Instituição), Educação geral e Formação especial.

Situação análoga já foi examinada por este Conselho que, através do Parecer 4392/75, concluiu pelo indeferimento da solicitação.

Nossa preocupação neste processo será a de analisar a situação dos alunos que cursaram nessa escola a modalidade Qualificação IV - em Contabilidade - a partir de 1976 até o final do 1º semestre de 1979, nos termos expostos no histórico.

1 - Vejamos em primeiro lugar a situação dos alunos que iniciaram o curso em 1976, cumprindo o seguinte currículo:

1.1 - Formação especial - Economia e Mercados, Direito e Legislação, Organização e Técnica Comercial, Estatística, Mecanografia e Processamento de Dados, Contabilidade Geral e Legislação Fiscal, Contabilidade Comercial e Legislação Fiscal, Contabilidade Industrial e Legislação - Contabilidade Bancária e Legislação Fiscal, Contabilidade Pública e Elementos de Finanças, Elementos de Custos e Contabilidade Industrial. E, ainda, Estrutura e Análise de Balanços e Matemática Aplicada. Do verso do diploma expedido em julho de 1977 (fl.5) consta que a carga horária cumprida nessas disciplinas foi de 972 horas.

Se considerarmos as disciplinas referentes a Contabilidade e Elementos de Custos como desdobramento da matéria Contabilidade e Custos, ainda que Estrutura e Análise de Balanços (da Del. 18/72) apareça com apenas 60 horas, podemos considerar cumpridos os mínimos da habilitação, conforme disposto na Deliberação CEE 10/74, que alterou nesse aspecto a Del. 14/73 e que fixa o mínimo de 900 horas de conteúdo profissionalizante para os cursos de Qualificação IV, da área econômica Terciária.

1.2 - educação Geral, Língua Portuguesa e Redação Técnica, Organização Social e Política do Brasil, Educação Artística, Programas de Saúde, Educação Moral e Cívica. Mesmo considerando-se os conteúdos referentes a Português - Redação Técnica e Matemática Aplicada, como válidos para fins de Educação Geral, faltam, no currículo, Geografia, História, Ciências Físicas e Biológicas.

Mesmo as disciplinas cursadas o foram com carga horária absolutamente insuficiente.

A Deliberação 14/73 (art. 99) prevê que os cursos de suplência e qualificação possam ser realizados concomitantemente, mas obrigatoriamente mantidos os mínimos de carga horária para cada um dos cursos. Cumpridas 360 horas (diploma de fls.5), ainda restam 712 para alcançar o mínimo de 1080, dos cursos de suplência.

2. Os alunos que iniciaram o curso a partir de 1977, até o final do 1º semestre letivo de 1979, realizaram o seguinte currículo:

2.1 - Formação Especial - As mesmas disciplinas do item 1.1., somando 810 horas, mais 54 horas de Estrutura e Análise de Balanços e Matemática Aplicada, 90 horas (Parte diversificada), totalizando 972 horas.

2.2 - Educação Geral

Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Redação Técnica, Língua Estrangeira Moderna -Inglês, Educação Artística - Programas de Saúde, Educação Moral e Cívica, OSPB, Ciências Físicas e Biológicas, História e Geografia. O número de horas cursadas nessas disciplinas foi de 432 horas mais Educação Física.

Cabem as mesmas observações feitas no item 1.1. com relação a Formação Especial. No que respeita à Educação Geral, foram cursadas todas as disciplinas do Núcleo Comum e do art. 7º da Lei 5692/71, entretanto, também, com carga horária bastante inferior ao mínimo previsto para o curso de suplência.

Em resumo:

I - Com relação aos alunos do item 1, podemos considerar:

- a) Nada a ser providenciado quanto aos estudos realizados pelos alunos em nível de conclusão do curso supletivo - modalidade Qualificação Profissional IV - Contabilidade.
- b) Os estudos não são válidos para fins de continuidade de estudos. As disciplinas de Educação geral podem ser consideradas equivalentes no máximo a 1ª série do curso de suplência, em nível de 2º Grau. Os alunos, que porventura já estiverem cursando o 3º grau, na data da publicação deste Parecer, poderão, em caráter excepcional, porque a irregularidade foi cometida pela escola e porque a situação era de conhecimento das autoridades educacionais, serem submetidos a exames especiais em nível de conclusão do curso de suplência de 2º grau, nas disciplinas constantes do Núcleo Comum. Podem ser dispensados de exames especiais para fins de regularização da sua vida escolar nas disciplinas do art. 7ª da Lei 5692/71 e OSPB, disciplinas que via de regra são cursadas em uma única série, e que já foram por eles cursadas com aproveitamento.

Os alunos que ainda não ingressaram no curso superior podem, para fins de continuidade de estudos, completar sua carga horária de Educação geral, via cursos de suplência, podendo aproveitar os estudos feitos, como equivalentes a uma série dessa modalidade, ou realizar exames supletivos.

II - Aplicam-se as conclusões do item I, alíneas "a" e "b", aos alunos que iniciaram o curso em 1977. Apesar de terem cursado todas as disciplinas do Núcleo Comum, o fizeram com carga horária absolutamente insuficiente.

II - CONCLUSÃO

Face ao exposto neste Parecer:

1. Os estudos realizados no colégio Técnico "XI de Agosto", de Pereira Barreto, pelos alunos que concluíram a modalidade - Qualificação Profissional IV - Contabilidade, em 1977, 1978 e 1979, conforme relação constante do Processo CEE nº 206/79 (fls. 72 a 75), são válidos apenas para fins de exercício profissional, nos termos do art. 13 da Deliberação CEE nº 14/73.

2. Para fins de continuidade de estudos ou de obtenção do diploma de Técnico, nos termos do § 39 do artigo 13 da Del. CEE 14/73, os estudos realizados na área de Educação Geral poderão ser considerados equivalentes aos de conclusão da 1ª série de curso de suplência, em nível de 2º grau.
3. Os diplomas de Técnico, já expedidos, devem ser declarados nulos pela Secretaria de Estado da Educação e substituídos por certificados de Qualificação Profissional IV - conforme os modelos oficiais dessa Secretaria.
4. O Ministério de Educação e Cultura que já registrou alguns desses "diplomas de Técnico" deve ser alertado para esse fato pela Secretaria de Estado da Educação. A fls. 72 e 73 do Processo CEE 609/79, constam os alunos cujos diplomas já foram registrados.
5. Em caráter absolutamente excepcional, e considerando que os diplomas expedidos ^{pela escola também} /center/assinatura do Senhor Delegado de Ensino, os alunos que já ingressaram em curso superior poderão ter seus estudos considerados como equivalentes aos de conclusão de 2º Grau, desde que obtenham aprovação nas matérias do Núcleo Comum (Res. CFE nºs. 08/71 e 58/76), em exames especiais a serem realistados em escola indicada pela Secretaria de Estado da Educação, em nível de conclusão dessas disciplinas no currículo do curso de suplência (2º Grau). Ficam dispensados de prestar esses exames nas matérias do art. 7º da Lei 5692/71 e em Organização Social e Política do Brasil.
6. A Secretaria de Estado da Educação deverá apurar as responsabilidades pelas irregularidades cometidas, devendo ser-lhe encaminhada cópia deste Parecer, para as providências que se fazem necessárias.

CESG, em 22 de janeiro de 1980.

a) Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia

R E L A T O R A

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO 2º GRAU adota como seu Parecer o VOTO da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio F. da Posa Aquino, Ba-
--- Amin Aur, José Augusto Dias, Lionel Corbeil, Maria Aparecida
Tamaso Garcia e Renato Alberto Teodoro Di Dio.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 1980

a) Conselheiro José Augusto Dias - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a de-
cisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto da Rela-
tora.

Sala "Carlos Pasquale", em 21 de fevereiro de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente